

# HISTÓRIAS INSURGENTES: FEMINISTAS VADIAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS

---

*Insurgent Stories: slut's feminists and digitalis technologies*

*Historias Insurgentes: feministas perras y tecnologías digitales*

---

## **Laila Maria Domith Vicente**

Doutora e mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Estudo Museísticos e Teoria Crítica pela Universidad Autónoma de Barcelona (UAB) e Museu d'Art Contemporani de Barcelona (MACBA).

Email: [lailamdu@gmail.com](mailto:lailamdu@gmail.com)

---

## **Resumo**

O presente artigo se propõe a contar histórias do presente apostando na possibilidade de acompanhar e imiscuir-se em meio a narrativas feministas contra-hegemônicas que, no contemporâneo, podem ser construídas digitalmente em cores e em movimento, assim como visibilizadas e viralizadas através das redes sociais e da internet.

**Palavras-chave:** Feminismo. Tecnologias. Gênero. Movimentos Sociais.

## **Abstract**

This article aims to tell stories of the present, betting on the possibility of following and being involved on counter-hegemonic feminist narratives which can be digitally constructed on color and movement, as well as visualized and spread through social networks and the Internet.

**Keywords:** Feminism. Technologies. Gender. Social Movements.

## **Resumen**

El presente artículo propone contar historias del presente apostando en la posibilidad de acompañar y inserirse a narrativas feministas contra-hegemónicas que en el contemporáneo pueden ser construidas digitalmente con colores y en movimiento, así como visibilizadas y viralizadas a través de las redes sociales y internet.

**Palabras-claves:** Feminismo. Tecnologías. Gênero. Movimientos Sociales.

## Introdução

Em um de seus últimos livros, Judith Butler (2010) nos convida a pensar em como as imagens que chegam até nós definem o marco ou o quadro do pensável. Neste momento, a filósofa se referia às fotografias de guerras contemporâneas, *quadros de guerra*, e questionava, entre outras coisas, as condições que fazem com que velemos as vítimas de um dos lados de uma guerra, enquanto nem ao menos reconhecemos o rosto das vítimas do outro, ou como nos indica o questionamento do subtítulo do livro: “quando a vida é passível de luto?”

A nossa proposta neste artigo não é a de pensar as questões da guerra e suas possibilidades de luto, mas sim nos interessa acompanhar como os marcos de uma história, ou como os enquadres das imagens e suas construções, pretendem definir a nossa maneira de olhar para ela. Nos interessa afirmar ainda com Butler (2010) a transitoriedade de tais marcos, a sua estrutura reiterável – seus efeitos se dão a partir de uma historicidade de repetições. Ainda, por fim, analisar se as atuais condições tecnológicas digitais e portáteis de produção e distribuição de imagens inseridas nos movimentos sociais podem romper a reiteração e os marcos dos *quadros de gênero*, que em décadas passadas eram exaustivamente produzidos quase que unilateralmente pelos canais abertos de televisão.

A nossa aposta é que novas histórias e novos enquadres de gênero e sexualidade tomam as ruas e as redes nos movimentos insurgentes do século XXI, abrindo espaço para novas lutas semióticas no contemporâneo.

## Tecnologias Digitais e Internet

Nos filmes de películas lidamos com um rolo filmico contínuo que necessita de perfurações nas laterais para que este se ajuste ao mecanismo de tração da câmera e do projetor de imagens. A largura do filme entre as perfurações é chamada de bitola. Desde os primórdios do cinema, e ainda hoje nos filmes de películas destinados ao circuito comercial, é utilizada a bitola de 35mm que propicia uma resolução de grande qualidade, mas também um custo muito

alto, fator que fazia com que a produção do cinema, e, em um primeiro momento, a produção de imagens em movimento, se vinculassem a um alto investimento financeiro.

A criação da bitola de 16mm foi uma primeira medida a tornar o filme menos custoso e mais acessível, ainda que muito caro para os padrões não comerciais. Entretanto, foi com a câmera de 8mm que unindo o baixo custo, a agilidade, a leveza e a criação do cartucho para armazenar a imagem sem a necessidade do carregamento do filme no escuro (CUNHA, 2010) que o princípio da portabilidade foi propiciado, iniciando-se um processo de abertura da produção de imagens e sons em âmbito doméstico e experimental, mas também uma diversificação no âmbito profissional, se aproximando rapidamente de circuitos mais independentes de exibição.

Como um interlúdio ou uma transição, vemos o vídeo aparecer na década de 1960, nos trazendo a possibilidade de armazenamento de maneira ainda analógica em uma fita magnética – procedimento denominado, por este motivo, de analógico-digital (DUBOIS, 2004) – e se mostrar como uma alternativa menos custosa à possibilidade de captura pelas câmeras de película. Propiciava a produção de imagens em movimento, neste momento com baixa qualidade, porém, com possibilidades muito mais acessíveis que as primeiras.

Entretanto, vamos encontrar o ápice desse impacto das novas tecnologias de comunicação e informação atualmente na produção de imagens digitais em câmeras de alta resolução que chegam ao mercado em meados dos anos 2000, e sobretudo na produção de imagens feitas por celulares que populariza e possibilita em grau ainda maior a produção generalizada de imagens, cujo escoamento e circulação conta com a distribuição muitas vezes viral por meio das redes sociais e da internet, fortalecendo e alimentando novos circuitos de produção alternativos e, principalmente, independentes dos circuitos comerciais tradicionais.

Assim é que este movimento de abertura e experimentação da produção não profissional e comercial de imagens não tardou a começar a compor com os protestos de rua, tanto no que se refere às manifestações que no Brasil

ficaram conhecidas como Jornadas de Julho<sup>1</sup>, como por meio dos Movimentos Sociais que seguem as utilizando como um mecanismo de protesto, instrumento de testemunho e proteção e, ainda, para construir narrativas e contrapor àquelas hegemônicas e/ou televisivas.<sup>2</sup>

Em suma, vislumbram-se novas audiovisualidades capazes de afetar e serem afetadas por outras poéticas e visualidades, portanto, novos processos políticos. Tais produções digitais de imagens inseridas em movimentos sociais, tais como o que vamos a seguir analisar, as vamos tratar como vídeo, a partir do conceito formulado por Dubois (2004), pois são estados para pensar a imagem e as produções hegemônicas de imagens, distribuídas em larga escala pela televisão, assim como, para produzir imagens dissidentes.

Assim é que a insistente presença de câmeras de vídeo, celulares, máquinas fotográficas e filmadoras em meio às atuais manifestações sociais do século XXI, assim como a sua

<sup>1</sup> Nos referimos a este momento que foi denominado de Jornada de Junho em 2013 no Brasil. Tal jornada podemos dizer que começou com as manifestações em prol do passe livre no transporte público para os estudantes, ocorrendo em diversas cidades do país. Entretanto, devido à forte repressão policial e devido à resposta dos movimentos e por meio da articulação nas redes sociais, as ruas foram por diversas vezes tomadas por manifestações que ao final falavam de muitas insatisfações com o modo de vida contemporâneo no Brasil. É verdade que ainda não sabemos quais serão os efeitos a longo prazo de tais movimentações, porém, nos parece que se quer fazer ver uma binaridade, já que em 2015 vimos, por um lado, manifestações elitistas empunhando bandeiras nacionais e por diversas vezes pedindo pela volta da ditadura militar (!) e com o unísono e descontentado grito por “Fora Corrupção, fora PT, fora Dilma”. Apostamos que muito do que vemos nas ruas dentro deste contexto se refira a uma construção midiática em oposição e em tons golpistas face a atual presidenta Dilma Rousseff e seu partido PT que em seus anos de governo realizou algumas políticas públicas sociais, antes inéditas no Brasil. Por outro lado, vemos que outras manifestações sociais seguem ocorrendo contra, por exemplo, medidas legislativas que retiram ou prejudicam direitos constitucionalmente garantidos como a aposentadoria ou a redução da maioria penal, e estas manifestações são fortemente reprimidas pela Polícia Militar. Aponto aqui o caso dos professores no Paraná em 29 de abril e na qual mais de 300 pessoas ficaram feridas após o covarde ataque da polícia ordenado pelo governador Beto Richa (PSDB). Para detalhes sobre o último ocorrido conferir: [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/06/politica/1430933186\\_360681.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/06/politica/1430933186_360681.html).

<sup>2</sup> Aqui nos cabe citar especificamente a Mídia Ninja um grupo que no Brasil se formou no intuito de contrapor as narrativas hegemônicas das mídias massivas e que para isso faz o acompanhamento, o registro e a construção de narrativas das manifestações sociais – principalmente aquelas que ocupam os espaços públicos das cidades – e as transmitem ao vivo por meio de canais da internet. Para acesso às notícias e às coberturas ao vivo de acontecimentos nacionais o acesso se dá pelo site: <https://ninja.oximity.com>. No mesmo sentido temos os Jornalistas Livres <https://medium.com/jornalistas-livres>.

dispersão muitas vezes viral pelas redes sociais, nos despertou a atenção. Vemos surgir algumas análises sobre a questão, entretanto, a temática é muito recente, analisamos processos que se passam há pouco mais de dez anos (se levarmos em consideração as condições de possibilidade que se dão com o surgimento das câmeras digitais de produção de imagens em alta resolução e seu custo mais baixo) e especificamente de Manifestações e Movimentos Sociais que ocorreram há pouco mais de um ano, e que ainda estão ocorrendo e produzindo efeitos, e modificando estados de coisas.

Apenas recentes podem ser os estudos sobre as ressonâncias da vibração dos corpos insurgentes, gerando repercussões nas ruas de países muitos distantes, mas que em virtude da desterritorialização acarretada por meio das redes sociais, se torna possível, e ainda se mostra como um fator importante no desencadeamento de manifestações grandes e ruidosas por cidades geograficamente distantes. Temos neste sentido a tese de Kênia Freitas (2015) que nos mostra as ressonâncias entre as manifestações de rua do Egito (e da denominada no ocidente de Primavera Árabe), da Espanha (15M) e do Brasil (Jornadas de Julho) e em meio a estas a importância tanto dos dispositivos de capturas de imagens em vídeo, quanto da dispersão destas imagens por meio das redes sociais.

Portanto, percebendo a atuação pungente de tais formas de vídeo, em sua captação digital e portátil de imagens, na articulação e atuação dos movimentos sociais, assim como, apostando nas suas ressonâncias, e, ainda, na disponibilidade mais acessível destas tecnologias é que vemos a potência de tais construção de imagens no deslocamento dos marcos e enquadres de gênero exaustivamente repetidos nas últimas décadas no Brasil.

## A Insurgência de Movimentos Feministas no Brasil do século XXI: a Marcha das Vadias

*Não se poderão invocar dispositivos onde a subjetivação já não passa pela vida aristocrática ou a existência estetizada do homem livre, mas antes pela existência marginal do “excluído”?*

Gilles Deleuze (1990)

*Tem mulher de pau e homem de vagina, sem binarismo de meninos e meninas.*

*Marcha das Vadias de 2015*

Desde 2011, em muitas cidades do Brasil, as ruas recebem um movimento que se denomina A Marcha das Vadias, que em tom de protesto nos traz outras performances de gênero e sexualidade que não vemos nos meios de comunicação de massa. Apostam em um feminismo de vadias, não aceitam a culpabilização pela violência de gênero, reivindicam a liberdade para o seu próprio corpo, como o aborto livre, legal e seguro, a liberdade de gêneros diversos (“tem mulher de pau e homem de vagina, sem binarismo de meninos e meninas”), e sexualidades diversas (“eu beijo homem, beijo mulher, tenho o direito de beijar quem eu quiser” ou “eu chupo pau, chupo buceta, quando eu morrer eu chupo até o do capeta”). Assim, a Marcha das Vadias, em sua articulação pelas redes sociais e com as tecnologias digitais de captura e produção imagens, faz com que seja possível a narração audiovisual de outras histórias a partir de uma pluralidade de pontos de vista e de escuta.

Aprendemos com Judith Butler (2013) a conceber a performatividade de gênero como um conjunto de atos e gestos corporais estilizados que, inseridos dentro de nosso contexto e normas sociais, põem-se para os indivíduos como uma identidade, como a natureza binária dos seres humanos, e, portanto, entendemos que a nossa divisão entre homens e mulheres não se dá a partir de uma essência biológica (sexo) ou social (gênero). É, por outro lado, produzida por diversos dispositivos e práticas consolidados em normalizações. “É a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser.” (BUTLER, 2013, p. 59). Esta estilização é produzida e re-produzida por diversos meios, inclusive, através dos meios de comunicação de massa. E é atualmente diante desse novo quadro, das novas possibilidades tecnológicas que, apostamos, o binarismo social e sexual pode ser contraposto por esta produção diversificada de imagens, com narrativas e performatividades de gênero dissidentes.

Assim percebemos a atuação performativa da Marcha das Vadias que vão desde a performance *ds* manifestantes nas

ruas, os cartazes que portam, assim como as palavras marcada em seus corpos e nos cantos e gritos entoados. A presença de tais palavras e ditos é um fato que nos chama atenção por sua força singular e sua atuação política. Pois entendemos que estas palavras que circulam marcadas nos corpos e nos cartazes presentes na Marcha não se prestam apenas a comunicar algo, não descrevem nada, nem se apresentam para representar por meio de palavras uma determinada situação que poderia ser avaliada como verdadeira ou falsa. Elas são atos que se destinam a mudar situações, intervir nos modos de vida, nas produções de subjetividade, se destinam a produzir efeitos nos corpos interrelacionados, ou seja, modificam um determinado estado de coisas. Por isso, as palavras marcadas nos corpos e cartazes da Marcha das Vadias são, para nós, apostas políticas que intervêm nas relações semióticas, em um ativismo contrassexual frente às performatividades (hetero)normativas de gênero.

### **Portanto, entendemos as palavras como atos – atos de fala**

Conceitualmente frisamos os importantes aportes feitos por Derrida à teoria dos atos de fala de Austin, nos trazendo os conceitos de citacionalidade e iterabilidade, e posteriormente o enlaçamento destes conceitos por Butler na construção dos gêneros enquanto performatividades. Isso nos possibilitou analisar que o conjunto de atos e gestos estilizados e inseridos dentro do nosso contexto e normas sociais, repetidos em meio a uma historicidade normativa, é o que apresenta a binaridade do sistema sexo/gênero como a “natureza”. Assim, os atos de fala são gestos performativos que produzem o corpo que supostamente dizem descrever. Mas, ainda dentro desta perspectiva conceitual, é importante que apontemos a historicidade que se faz presente e necessária para que qualquer ato performativo produza seus efeitos. Não é um milagre partindo de um enunciador soberano que traz ao mundo uma menina a partir dos dizeres “é uma menina” no nascimento de um sujeito.

As performatividades se fazem em virtude do ato de fala estar inserido em uma historicidade rigidamente regulada em meio a uma *reiteração* constante. É por isto que Derrida (1971), seguido por Butler (2002), nos diz que o que acontece nestes atos de fala é uma cita, uma citação.

A repetição de uma repetição sem uma fala primeira que possa ser considerada originária. E dentro do conjunto de normas regulatórias que fazem seus efeitos possíveis, esta fala é re-iterável por determinados sujeitos. Ou seja: dentro do nosso contexto social e normativo, o branco-médico, após os trabalhos de parto, mira a um corpo que de acordo com o padrão heteronormativo é repetidamente citado como feminino e pode reiterar a cita, a atualizar, e com este gesto atua no corpo que nasce e que, a partir de então, se encontrará inserido dentro da cadeia de gestos performativos que o interpelarão repetidamente ao longo de sua vida.<sup>3</sup> O sujeito da enunciação aqui é o branco-médico e a cita produz seus efeitos de acordo com o marco regulatório que atua neste contexto.

O mesmo acontece com um insulto. Para que atue performativamente causando efeitos de dano ou mágoa à alguém é necessária a historicidade, a reiteratividade, a citação. Neste sentido, se alguém chama outrem enfaticamente na rua de “estudante” ou mesmo de “branco” ou de “heterossexual” este fato inicialmente não terá o condão de insultar a pessoa abordada. O mesmo não acontece com palavras como “macaco” para uma pessoa negra, “bicha ou sapatão” para uma pessoa que seja ou pareça ser homossexual, ou vadia para uma mulher.

“Não existe nenhuma forma de contestar esses tipos de gramáticas a não ser habitá-las de maneiras que produzam nelas uma grande dissonância, que digam exatamente aquilo que a própria gramática deveria impedir” (BUTLER, 2002b, p. 159). O que aconteceria, entretanto, se mudássemos politicamente o lugar de enunciação? Se o mudássemos sistematicamente, coletivamente, por meio de atos políticos e afirmativos que ocupem as ruas, as redes, as imagens transmissíveis?

O que vemos em diversos dos cartazes presentes na Marcha das Vadias e que trazemos a tela, são  *citas descontextualizadas*, palavras que em sua historicidade normativa seriam insultos, como são os homofóbicos, mas também aqueles que subalternizam gêneros, raças e sexualidades diversas. Entretanto, aqui são ditos fora de tal contexto regulatório degradante, o qual partiria de biocorpos-

<sup>3</sup> Claro está que estes marcos temporais são fictícios uma vez que o corpo que nasce é interpelado como mulher antes de nascer, inclusive por conta dos atuais recursos de imagem, como a ultrassonografia, mas também porque, como resta demonstrado na argumentação, a temporalidade da cita se dá pela historicidade de sua reiteração.

brancos-cisgêneros-heterossexuais-homens (ou mulheres que estejam submetidas ao contrato heterossexual), e com a intenção de causar dano, subjugar modos de vidas não considerados viáveis ou seja, neste caso, fora da norma heterossexual.

Nos cartazes da Marcha das Vadias, entretanto, tais palavras são assumidas, pegas pelo chifre como nos diria Gabriela Leite (2015)<sup>4</sup>, potencializadas e não vitimizadas, invertendo a posição de enunciação e abrindo possibilidades para outras performatividades, outros efeitos e para que na reiteração descontextualizada do insulto se produza a diferença.

É, portanto, a própria repetição e reiteração o lugar de toda subversão possível. Ou com Paul B. Preciado (2011, p.19-20):

*Depois Judith Butler utilizará esta noção de performatividades para entender os atos de fala nos quais os sapatões, as bichas e @s transexuais retorcem o pescoço da linguagem hegemônica apropriando-se de sua força performativa. Butler denominará “performatividade queer” a força política da cita descontextualizada de um insulto homofóbico e da inversão das posições de enunciação hegemônica que isso provoca. Assim, por exemplo, sapatão deixa de ser um insulto pronunciado por sujeitos heterossexuais para marcar as lésbicas “abjetas”, e converte-se posteriormente em uma denominação contestatária e produtiva de um grupo de “corpos abjetos” que pela primeira vez tomam a palavra e reclamam a sua própria identidade.<sup>5</sup>*

Percebemos a cita descontextualizada se afirmar em processos com o nome adotado: *Marcha das Vadias*. A palavra “vadia” é utilizada no Brasil para subjugar e submeter as mulheres como um objeto sexual vulnerável, sem possibilidades de viver livremente a sua sexualidade e/ou vulnerável às violências sexuais em virtude de sua conduta abertamente

<sup>4</sup> Aqui nos referimos a fala da puta e ativista Gabriela Leite (2015): “Eu gosto desta palavra desde sempre. Acho uma palavra sonora, quente. E eu acho que toda puta, se não viesse com tanto estigma nas suas cabeças, elas usariam e a gente começaria a vencer o preconceito. Porque as pessoas iam levar um choque e depois iam dizer: - Ah... é uma puta. (...) Eu ficava preocupada porque as minhas filhas são filhas da puta que é o maior palavrão da sociedade. Isso é horrível. Então a gente tem que mudar. Filha da puta deve ser um nome de orgulho para os filhos da gente. Se a gente não toma as palavras pelo chifre e assume elas, a gente não muda nada”.

<sup>5</sup> Tradução Livre.

livre, ou seja, uma conduta vadia. Aqui uma Marcha eminentemente articulada por mulheres (trans ou cis) vem às ruas e se autodenominam de Vadias, portando as roupas que têm vontade ou inclusive portando roupa nenhuma. O mesmo acontece com diversos dos cartazes que vemos presentes na Marcha das Vadias. *Sapatão, Preta e Puta* (Figura 1). Se o médico disse que era uma menina, e se a cita normativa de um insulto a coloca como abjeta quando fora da norma heterossexual, ou reforça a subalternização de uma raça, com este cartaz temos a inversão do lugar de enunciação e a cita descontextualizada produzindo outros efeitos, e a sua reiteração pode levar a outras performatividades, “performatividades queer” e “performatividades vadias” ou nos leva a “pensar nas pessoas cujo gênero ou a sexualidade foram rejeitados, e eu gostaria de contribuir ao advento de um mundo onde elas possam respirar mais facilmente. (BUTLER, 2015, online)”.



FIGURA 1: Cartaz Marcha das Vadias, Rio de Janeiro, 2013.

### Desterritorialização e reterritorialização, da rede à ocupação feminista do espaço público

Uma característica marcante da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro é a ocupação do espaço público com performatividades contrassexuais, no sentido que Paul

Preciado (2011) dá ao termo<sup>6</sup>, onde se torna possível colocar em pauta, enlaçadas por muitas cores, questões como: a violência institucional de gênero, raça e classe social, a liberdade de gêneros e sexualidades à margem da norma heterossexual, a paródia zorra do hino nacional brasileiro, o escrache público da polícia militar em virtude da violência sexual praticada, o reclamo pelo direito das mulheres ao aborto legal e seguro e o rechaço a projetos de leis tais como o Estatuto do Nacituru.

A Marcha atua no espaço público ainda por meio de palavras marcadas nos corpos e nos cartazes *dxs* manifestantes, atos de fala – no sentido que nos traz Austin (1990) com a leitura de Derrida (1971) – que se destinam a mudar um determinado estado de coisas. Além de construir um outro regime de visibilidade, trazendo para as ruas consideradas como o cartão postal da cidade outras performances de gênero e, assim, outras performatividades.

Portanto, é certo que um aspecto importante da Marcha é a sua intervenção no espaço público. Por outro lado, percebemos que as condições de possibilidade e articulação deste movimento acontecem pelas redes sociais, assim como a sua posterior distribuição de histórias e imagens, que não dependem mais unicamente de aparatos como a televisão e os jornais ou outros meios massivos de comunicação unilateral. Portanto, o que vemos atualmente são as possibilidades de contraposição, frente às imagens e histórias normativas distribuídas em larga escala através dos meios de comunicação em massa, através da distribuição viral e em rede de outros pontos de vista e a construção de outros pontos de escuta articulados com imagens que se aproveitam da rede de pessoas-computadores conectados para circular.

As novas tecnologias digitais, de vídeo e a internet nos aparecem, portanto, como *próteses* da Marcha das Vadias. *Vadias ciborgues* ou como nos diz Paul B. Preciado (2011, p.156): “O ciborgue não é um computador, mas sim um ser vivo conectado a redes visuais e hipertextuais que passam pelo computador, de maneira que o corpo conectado se converte na prótese pensante do sistema de redes.”<sup>7</sup>

6 “A contrassexualidade é, em primeiro lugar, uma análise crítica da diferença de gênero e de sexo, produto do contrato social heterocentrado, cujas performatividades normativas foram inscritas nos corpos como verdades biológicas” (PRECIADO, 2011, p.13). Tradução livre.

7 Tradução livre.

Portanto, próteses como artefatos e instrumentos em meio aos quais é possível desterritorializar-se pela rede virtual, desfazer e fazer fugir espaços estriados – linhas duras – de produção de subjetividade e agenciamentos de enunciação unilateralizados pelas comunicações de massa das décadas anteriores. Isso para depois reterritorializar-se ocupando o território concreto das ruas, assim como os territórios subjetivados por meio da dispersão de histórias, palavras e imagens.

É importante assinalar que nos beneficiamos do conceito de território a partir de Guattari e Deleuze, portanto, quando nos referimos ao agenciamento em rede como uma desterritorialização não nos referimos apenas à saída do espaço físico da rua e à entrada no estado virtual da rede. Uma vez que ultrapassamos a sua concepção geográfica e mesmo a etológica. Neste sentido, territorialização é também a apropriação de um determinado agenciamento semiótico. Mais do que sair do espaço físico, com a desterritorialização se escapa a produções já massificadas de territórios subjetivos, ou seja, *subjetividades laminadas* (GUATTARI, 2001). Nos termos de Guattari:

*A noção de território é entendida aqui em um sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que dela fazem a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual o sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. O território pode se desterritorializar, isso é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. (...) A reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante. (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p.323)*

Assim, além da importância da desterritorialização na rede de computadores coletivos (CC) – a internet – (LEMOS, 2006), e com ela a possibilidade da abertura de espaços e desconstruções subjetivantes, comportamentais, estéticas e

cognitivas, frisamos a importância da reterritorialização da Marcha na ocupação do espaço público, criando um plano de consistência e sendo um ato político potente na construção de espaços de subjetivação, de outras estéticas e éticas. O movimento ainda volta ao espaço virtual com imagens, fotos e vídeos feitos pelos próprios manifestantes que o alimentam afetivamente e o visibilizam, possibilitam outros modos de ver, outras performances e performatividades de gênero. Produzindo um circuito prostético em rede e potencialmente construindo outros espaços de ação política.

### **A Marcha das Vadias Ciborgues em 2013: um relato**

Era um Rio de Janeiro inusitado. Aquele que já foi da bossa nova e do futebol, já foi da guerra ao tráfico de drogas, e já foi do projeto Cidade Shopping Center para Copa e Olimpíadas, naquela semana de 27 de julho de 2013 era dos peregrinos, era do papa, era da juventude católica. Era o JMJ – Jornada Mundial da Juventude. E milhares de peregrinos fariam a caminhada para ver a missa do novo papa argentino. O comércio também se via no projeto. *Containers* com as lojas oficiais do JMJ vendiam terços estilizados, a camisa do papa no Rio de Janeiro e todos aqueles uniformes coloridos que traziam aos diversos pontos da cidade a afirmação da religião católica.

E foi neste Rio de Janeiro que outras vozes também quiseram ser ouvidas. Este era o mesmo final de semana em que ocorreria a Marcha das Vadias de 2013, sábado, 27 de julho.

Recuemos um pouco. Nas semanas que antecederam o JMJ e a Marcha das Vadias de 2013 tivemos no Brasil uma ruidosa onda de manifestações que se iniciaram com o Movimento do Passe Livre para o transporte público de estudantes onde, devido à articulação dos movimentos nas redes sociais e a união de muitas pautas, as ruas foram por diversas vezes tomadas por manifestações que ao final falavam de muitas insatisfações com o modo de vida contemporâneo no Brasil. No Rio de Janeiro as manifestações continuaram com repressão policial violenta, prisões ilegais e com a utilização dos arsenais de gás lacrimogênio e bomba de pimenta das reservas policiais. Em meio a tais manifestações um acontecimento intercede as notícias. Amarelo: um pescador que morava na Rocinha (periferia carioca) não

retorna a casa em um domingo, no dia 14 de julho, após ser levado pela já citada “Polícia Pacificadora” (UPP) para “averiguação”. Um desaparecido político em meio à suposta democracia brasileira. Mas o olhar único e “pacificador” precisa ser transversalizado.

A Marcha das Vadias de 2013 em um determinado momento se vê enclausurada por trás, pela frente e pela lateral por um cerco da polícia, em meados da Praia de Ipanema. Em meio a Polícia Militar uma estratégia política do olhar chama a atenção. Pois é neste momento que, utilizando o cerco policial como paisagem, dois manifestantes cobrem o rosto com camisas para não serem posteriormente identificados e levantam um grande *banner* com os dizeres: “Onde está Amarildo?” (Figura 2). Eles estão de costas para os policiais e não de frente. A atitude se dá acoplada às máquinas – próteses do olhar – que rapidamente se armam (inclusive a minha) para olhar (registrar e transmitir). A construção da cena não se dá de frente à polícia, como forma de protesto e da maneira como muitas vezes é feito durante escraches feministas à Polícia Militar. Ela se dá às costas da PM e de frente para a(s) câmera(s), utilizam a polícia como paisagem para o seu ato, constroem o cenário e dispersam o seu olhar nas redes sociais. A câmera ali não é uma máquina divisa do ser vivo. Não é um dispositivo alheio, um instrumento fora, a máquina é olhar, se acopla ao olhar, faz o momento e não apenas o registra. “Já somos ciborgues que incorporam próteses cibernéticas e robóticas. Não há maneira de voltar atrás” (PRECARIADO, 2011, p. 156).<sup>8</sup>

A máquina do olhar. O ciborgue que naquele momento se reterritorializa para depois transmitir uma imagem que contrapõe os poderes hegemônicos autoritários. Contrapõe o olhar único e redistribui imagens por mei



FIGURA 2: cartaz Marcha das Vadias, Rio de Janeiro, 2013.

## Referências

AUSTIN, J. L. (1990) *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Artes. Porto Alegre: Artes Médicas.

BUTLER, J. (2010) *Marcos de Guerra: las vidas lloradas*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.

\_\_\_\_\_. (2002) *Cuerpos que Importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. 2 edição. Buenos Aires: Paidós.

\_\_\_\_\_. *Quando os Corpos se Tornam Matéria: entrevista com Judith Butler*. . (2002 b) Estudos Feministas.

\_\_\_\_\_. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. (2013) 5ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

<sup>8</sup> Tradução livre.



\_\_\_\_. *Entrevista: Judith Butler*. Disponível em <http://www.geledes.org.br/entrevista-judith-butler-em-portugues/#axzz3UktHyeqN>. Acesso em 18 de março de 2015.

CUNHA, G. E. (2010) *Captando Imagens em Movimento*. Monografia apresentada a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Social da UFRGS, Porto Alegre.

DELEUZE, G. (1990) *¿Que es el dispositivo?* In: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990.

DERRIDA, J. (1971) *Firma, Acontecimiento, Contexto*. Edición electrónica de Escuela de Filosofía Universidad ARCIS. Disponível em [www.philosophia.cl/](http://www.philosophia.cl/), Acesso em 21 de fevereiro de 2015.

DUBOIS, P. (2004) *Cinema, Video, Godard*. São Paulo: Cosac Naify.

FOUCAULT, M. (2001) *Microfísica do Poder: Nietzsche, a Genealogia e a História*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, p.15 – 37.

GUATTARI, F. (2001) *As Três Ecologias*. 11ª edição. Campinas: Papirus.

GUATTARI, F; ROLNIK S. (1996) *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4ª Edição. Petrópolis: Vozes.

FREITAS, K. C. V. de. (2015) *A Ressonância das Imagens: A Emergência da Multidão no Egito, na Espanha e no Brasil*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na linha de Tecnologias da Comunicação e Estéticas.

LEITE, G. *Entrevista*. Consultado em [http://www.umbeijoparagabriela.com/?page\\_id=293](http://www.umbeijoparagabriela.com/?page_id=293), 05 de junho de 2015.

LEMOS, A. (2005) *Ciberespaço e Tecnologias Móveis. Processos de Territorialização e Desterritorialização na Cibercultura*. Facom UFBA. Disponível em: < <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/>

[andreleamos/territorio.pdf](http://www.andreleamos.com/territorio.pdf)>. Acesso em: 18 dezembro. 2015.

PRECIADO, P. B. (2013) *Testo Yonqui*. Barcelona: Espasa Libros.

\_\_\_\_\_. (2011) *Manifiesto Contrassexual*. 2ª Ed. Barcelona: Anagrama.

### Outras publicações da autora

DOMITH, Laila M. V. (2014) A vida é notícia de jornal. Análises do contemporâneo a partir do filme?O outro lado da rua?. Revista Liberdades, v. 17, p. 149-157.

DOMITH, Laila M. V. (2012) A Redução da Maioridade Penal no Brasil entre outras Histórias. Revista de Direitos e Garantias Fundamentais (Eletrônica), v. 11, p. 325-358.

DOMITH, Laila M. V. (2010) “Só uma Palavra me Devora”: Um Estudo sobre a análise do Discurso Legislativo que visa reduzir a maioria penal no Brasil. Revista Jures, v. 2, p. 4.

DOMITH, Laila M. V.; NASCIMENTO, M. L.; Cunha, F. L. (2007) A DESQUALIFICAÇÃO DA FAMÍLIA POBRE COMO PRÁTICA DE CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA. Revista Psicologia Política (Impresso), v. 7, p. 4.

